

Uma linguística iluminista: comentários acerca do “Ensaio sobre a origem das línguas”, de Rousseau

Thiago Barbosa Soares¹
Universidade Federal do Tocantins (UFT/CNPq)
thiago.soares@mail.uft.edu.br

Resumo: Com o objetivo de delinear um conjunto consistente de comentários acerca do *Ensaio sobre a origem das línguas* (Rousseau, 2008), em um tom revisionista-analítico, deslinda-se a possibilidade de contribuir à história das ideias linguísticas, por meio do alcance do alvo deste artigo. Portanto, ao mirar um destino, crê-se, para ir ao seu encontro, palmilhar um outro, por consequência, o que não é feito sem o necessário traço apreciativo. Assim, para cumprir o designo traçado para este texto, tem-se uma seção, **Ideias linguísticas de Rousseau: um panorama crítico**, na qual as concepções cardeais sobre linguagem e língua do filósofo iluminista são expostas e problematizadas segundo perspectivas mais atuais das ciências da linguagem. Por fim, é nas **Considerações finais** que se verificam as possíveis contribuições acerca do trajeto percorrido e eventuais novas aberturas a outras investigações sobre o mesmo assunto que podem ser sintetizadas, para além do horizonte traçado e alcançado aqui, na constatação de que se tem aqui um pequeno e condensado estudo de ideias históricas acerca de uma multiplicidade de temas relevantes para os iniciantes tanto no universo das ciências da linguagem quanto de áreas adjacentes no interior desta investigação. Em outras palavras, sugerem-se novos exames em obras tanto do mesmo período quanto de momentos anteriores em busca de percepções distintas daquelas que atualmente configuram o grosso do senso comum, como muito bem fez em *Ensaio sobre a origem das línguas* de Jean-Jacques Rousseau.

Palavras-chave: Linguística. Iluminismo. Rousseau.

An enlightenment linguistics: comments on Rousseau’s “Essay on the Origin of Languages”

Abstract: With the aim of outlining a consistent set of comments on the “Essay on the Origin of Languages” (Rousseau, 2008), in a revisionist-analytical tone, the possibility of contributing to the history of linguistic ideas is revealed, through the scope the target of this article. Therefore, when aiming for a destination, it is believed, in order to meet it, to follow another, consequently, which is not done without the necessary appreciative trace. Thus, to fulfill the design outlined for this text, there is a section, **Rousseau's linguistic ideas: a critical panorama**, in which the Enlightenment philosopher's cardinal conceptions about language and language are exposed and problematized according to more current perspectives of language sciences. Finally, it is in the **Final Considerations** that we verify the possible contributions regarding the path taken and possible new openings for other investigations on the same subject that can be summarized, beyond the horizon outlined and reached here, in the observation that there is a small and condensed study of historical ideas about a multiplicity of topics relevant to beginners both in the world of language sciences and in adjacent areas within this investigation. In other words, new examinations are suggested in works both from the same

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>.

period and from previous moments in search of perceptions different from those that currently constitute the bulk of common sense, as Jean-Jacques did very well in “Essay on the Origin of Languages”. Rousseau.

Keywords: Linguistics. Enlightenment. Rousseau.

Considerações iniciais

A linguística, como um corpo sistemático de regras e com seu objeto limpidamente delineado, nasce efetivamente com o “Curso de linguística geral”, de Ferdinand de Saussure (1972), publicado originalmente em 1916. Todavia, como é sabido no interior das ciências da linguagem, e como é demonstrado por Colombat, Fournier e Puech (2017), há um conjunto de saberes que se materializaram em textos sobre a língua, seu funcionamento e seus eventuais problemas circunstanciais, que remontam a Platão e seus diálogos. Na esteira ilustrativa dessa ampla questão sobre linguagem e língua anterior à fundação da ciência da língua, a linguística, Soares (2018) afiança: “Platão, para quem o mundo real não passava de uma pálida imitação do mundo das ideias, considerou que a linguagem vem da natureza das coisas e que essas mesmas coisas deveriam ser nomeadas, ainda que de forma imperfeita, por um legislador” (Soares, 2018, p. 91). É possível verificar, ainda conforme Soares (2018), como há uma certa especialização e refinamento teórico já na descrição de Platão no tocante ao universo de uso da língua, já que “O modelo platônico de signo, desenvolvido no *Crátilo* e no *Sofista*, tem uma estrutura triádica, na qual é possível observar os seguintes componentes: o signo (semeion), o significado do signo (semainómenon)” (Soares, 2018, p. 91).

Em vista do sofisticado plano de compreensão da língua, acima descrito, pode-se indagar, acerca da mesma temática, o que foi desenvolvido em outros momentos da história. Para este artigo, cabe como circunscrição temporal-geográfica específica o iluminismo europeu. No período conhecido como iluminismo, alguns intelectuais deixaram sua marca na história do pensamento linguístico, como é o caso de Jean-Jacques Rousseau. Ele, para além de seus variados tratados filosóficos, escreveu uma obra intitulada *Ensaio sobre a origem das línguas* (Rousseau, 2008) na qual seu pensamento volta-se para questões de linguagem, língua, gramática, entre outras de natureza similar. De acordo com a propositura existente neste texto, iluminar ou racionalizar aspectos até então pouco investigados a respeito da linguagem em seus múltiplos aspectos, propõe-se aqui um rastreamento crítico das principais formulações conceituais presentes nesse manuscrito de Rousseau.

Diante do objetivo de delinear um conjunto consistente de comentários acerca do *Ensaio sobre a origem das línguas* (Rousseau, 2008), em um tom revisionista-analítico, deslinda-se a possibilidade de contribuir à história das ideias linguísticas, por meio do alcance do alvo deste artigo, porquanto, como bem pontuam Colombat, Fournier e Puech (2017), “(...) ao lado da transmissão dos conceitos

a longo prazo, há também o esquecimento, os vazios na memória acumulativa, que não são necessariamente ligados à falsificação das teorias ou à desatualização dos resultados” (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 17). Portanto, ao mirar um destino, crê-se, para ir ao seu encontro, palmilhar um outro, por consequência, o que não é feito sem o necessário traçado apreciativo. Assim, para cumprir o designo traçado para este artigo, tem-se uma seção, **Ideias linguísticas de Rousseau: um panorama crítico**, na qual as concepções cardeais sobre linguagem e língua do filósofo iluminista são expostas e problematizadas segundo perspectivas mais atuais das ciências da linguagem. Por fim, é nas **Considerações finais** que se verificam as possíveis contribuições acerca do trajeto percorrido e eventuais novas aberturas a outras investigações sobre o mesmo assunto.

Ideias linguísticas de Rousseau: um panorama crítico

Aqui, não se pretende recensear todas as formulações de Rousseau acerca da linguagem, tampouco levantar um cotejo verticalizado sobre as principais asserções do filósofo iluminista a respeito de problemas da língua, em seu aspecto específico do idioma do autor, mas, sim, busca-se delinear um conjunto consistente de comentários acerca do “Ensaio sobre a origem das línguas” (Rousseau, 2008) que, por sua vez, podem ser aproveitados, para além de auxiliar o leitor em sua jornada de estudos sobre parte do pensamento linguístico, para compreender certos fenômenos que ainda estão presentes no uso da língua, independentemente de qual seja essa, ou mesmo que compõem o imaginário coletivo. Com esse horizonte desenhado, ressalta-se que a celeuma existente acerca do momento no qual a obra fora escrita, acerca do título inicial, que poderia ser outro, entre outras, não afeta em praticamente nada este artigo, já que tais discussões, por mais sérias e significativas para determinados campos do saber, não ferem o estatuto das ideias e seu amalgama vinculativo ao autor em questão, de modo que constroem muito pouco ou quase nada o que for exposto mais adiante.

Feitas as devidas elucidações, pode-se tomar o tópico frasal, a partir do qual Rousseau (2008) enceta suas várias observações, como um mirante para algumas reflexões, pois nele é dito o seguinte: “A palavra distingue o homem dentre os animais: a linguagem distingue as nações entre si; somente se sabe de onde é um homem após ter ele falado” (Rousseau, 2008, p. 97). Ao abordar a palavra, como o distintivo por meio do qual ocorre a divisão entre animais, humano e não-humanos, o vocábulo, e por extensão a língua, é colocado no auge de processo de diferenciação, porquanto esse é capaz de produzir sentidos e, ao mesmo tempo, agir sobre outros. Com relação à tal característica, Aristóteles já havia sentenciado que: “Agora é evidente que o homem, muito mais que a abelha ou outro animal gregário, é um animal social. Como costumamos dizer, a natureza nada faz sem um propósito, e o homem é o único entre os animais que tem o dom da fala” (Aristóteles, 1985, p. 15).

Assim, Rousseau (2008) parafraseia, a seu modo, Aristóteles, no entanto, comete um equívoco², traz a língua para o mesmo nível da linguagem.

É somente com as explicações de Saussure (1972) que se tem a discriminação atualmente consagrada entre língua e linguagem. Para o pai da linguística moderna, “a língua não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente” (Saussure, 1972, p. 17). Também é dito que a língua “É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 1972, p. 17). Em termos mais simplificados, a língua, para Saussure (1972) e para toda a linguística contemporânea, é uma capacidade derivada da linguagem, como uma ampla gama de possíveis outras materializações, que, por possuir tamanha abrangência, abarca a língua por essa ser uma de suas manifestações, ou seja, a língua está dentro da linguagem, mas essa não pode estar toda dentro daquela, ainda que aquela seja a única capaz de a interpretar³. Por essa razão, assumir língua como linguagem é, de um ponto de vista mais técnico, um tanto quanto desproporcional, entretanto, hoje, pode-se ler metonimicamente o trecho “(...) a linguagem distingue as nações entre si; somente se sabe de onde é um homem após ter ele falado” (Rousseau, 2008, p. 97), entendendo que linguagem refere-se à língua e, sobretudo, porque a fala é um dos registros dessa.

Importa destacar outra diferenciação relevante, língua de fala, já que, segundo Soares (2018), “A língua é uma instituição social, em sentido durkheimiano, totalizante e virtual; a fala, ao contrário, é a realização da língua pelo sujeito falante, sendo, portanto, circunstancial e variável” (Soares, 2018, p. 22). A partir dessa divisão elucidativa, é possível ler com maior verticalidade crítica o que Rousseau (2008) assevera ao tratar da língua como responsável por produzir limites regionais a nações e ser a fala um indício de tais circunscrições geolinguísticas. Ora, a língua é uma virtualidade cuja expressão dá-se ou pela fala, ou pela escrita, de acordo com as condições segundo as quais são necessárias, portanto, a própria abstração de uma nação, organizada conforme a língua de estado⁴, por extensão, liga-se à carência de um ente arregimentador e unificador de seus integrantes, que, até hoje, são identificados pelo idioma falado em determinado território. Nesse direcionamento, Rousseau (2008), salvo as impropriedades mencionadas, acerta quanto à demanda política de

² É importante frisar que apontar tal equívoco não desabona em nada a obra ou o pensamento linguístico de Rousseau (2008), ao contrário, faz emergir certo tipo de anacronismo conceitual completamente comum quando se observa em retrospectiva a história das ideias.

³ Salienta-se que a interpretação é feita por inúmeros objetos simbólicos, porém, como já havia explicado Benveniste (2014, p. 191), somente a língua é um interpretante capaz de descrever todos os outros sistemas de produção de sentido.

⁴ A língua de estado é aquela considerada oficial pelo aparelho de gestão e, por isso, seu projeto educacional baseia-se em seu ensino formal.

socialização geográfica por meio de uma determinada língua local que, por sua vez, possui marcas relativamente distintas.

Já com relação à distinção entre a linguagem visual e a vocal, Rousseau (2008) afirma: “Embora a linguagem do gesto e a da voz sejam igualmente naturais, a primeira, contudo, é mais fácil e depende menos das convenções” (Rousseau, 2008, p. 98). Segundo tal premissa, facilmente verificada na ontogênese da maioria dos bebês, uma língua gestual, sem uma estrutura gramatical prévia, possui maior autonomia nos processos comunicativos ao ser comparada a uma língua cuja principal característica é sua articulação vocal, de modo que a primeira, por ser imediatista, dá conta de fenômenos circunstanciais empiricamente apontados quando são expressos, ao passo que a última possui propriedades formalizadas no contrato social pelo uso. Eis que Rousseau (2008), por afiar um quase truísmo a suas últimas consequências, chega à propositura segundo a qual o sentimento humano seria o responsável pela criação de uma língua articulada. Nesse direcionamento, ele assevera: “O amor, dizem, foi o inventor do desenho; ele pode ter inventado também a palavra, porém com menor felicidade” (Rousseau, 2008, p. 98).

Quanto à problemática acerca do sentimento como propulsor do desenho e da língua, tomando aqui a palavra por extensão daquela, cabe lembrar, para efeitos de recorte epistemológico, que o filósofo em questão é romântico, na acepção conceitual do termo e não em seu aspecto amplamente vulgarizado pelo senso comum, pois, como explícita Berlin (2005), “O pressuposto comum dos românticos que vai contra a *philosophia perennis* é que as respostas para as grandes questões devem ser menos descobertas do que inventadas” (Berlin, 2005, p. 282; *italico do autor*). Rousseau, quando aponta para o sentimento como uma possível explicação sobre a criação da língua, volta-se para o romantismo epistêmico como uma via bastante aceitável no interior do movimento iluminista, entretanto incorre em outro equívoco, a saber, separar concretamente aquilo que não o deve ser ou apenas o pode em abstrato: razão e emoção. Nem a pintura, nem a língua, em seus rudimentos, foram incitadas por sentimentos, antes, devem ter sido provocadas pela necessidade que, de acordo com a legislação universal da natureza humana, mobiliza, via de regra, tanto razão quanto emoção, quando, não raro, uma e outra simultaneamente.

Rousseau (2008) já se debate com a consideração levantada acima e endossa sua visão: “Pretende-se que os homens tenham inventado a palavra para expressar suas necessidades: essa opinião parece-me insustentável” (Rousseau, 2008, p. 103). Nas asserções do filósofo, o romantismo iluminista marca sua indelével presença, já que, até onde se comprovou a história de evolução humana, a necessidade é o principal seletor e modificador de características dos seres vivos, mas, como uma das expressões românticas conceituais é justamente a derribada da determinação biológica da espécie capaz de articular sons, embutidos de significados relativamente estáveis, para

arregimentar seguimentos coletivos, por que tomar uma justificativa tão simples e quase evidente como causa de uma das maiores expressões de racionalidade? A resposta retórica a essa questão está contida no pressuposto da seguinte afirmação: “É presumível, portanto, que as necessidades tenham ditado os primeiros gestos e que as paixões tenham arrancado as primeiras vozes” (Rousseau, 2008, p. 103).

De equívoco em equívoco, Rousseau, insistindo na tese segundo a qual os sentimentos foram os responsáveis primevos pela emergência da língua falada, volta-se para outra questão atabalhoadamente assim: “Como os primeiros motivos que fizeram falar o homem foram paixões, suas primeiras expressões foram tropos⁵” (Rousseau, 2008, p. 105). Aqui, um exame minimamente consistente pode demonstrar o engano cometido pelo pensador francês quanto ao surgimento primeiro de uma linguagem figurada, no lugar de uma mais objetiva, porquanto aquela é, como a linguística moderna, em suas vertentes interpretativistas (Soares, 2020), já validou, derivada dessa e não ao contrário. Rousseau (2008) ratifica sua perspectiva ao afirmar que “A linguagem figurada foi a primeira a nascer, o sentido próprio foi o último a ser encontrado. As coisas somente foram chamadas por seu verdadeiro nome quando foram vistas sob sua verdadeira forma” (Rousseau, 2008, p. 105). Todavia, se assim o fosse, provavelmente todos os estudiosos e pesquisadores das ciências da linguagem⁶ estariam em busca do nome verdadeiro das coisas, ou melhor, da língua verdadeira segundo a qual haveria uma correspondência perfeita entre nome e objeto. Ora, o “sentido próprio” ou o “verdadeiro nome” é para a linguística e suas áreas afins, uma convenção disciplinada pelo próprio circuito coletivo no qual circula.

Uma dose suave de realismo empírico, de Rosenstock-Huessy (2021), é capaz de solver o romantismo idealista de Rousseau (2008), no tocante à precedência da linguagem figurada em relação à denotativa, pois “Toda fala investe o mundo físico com um segundo significado contrário as aparências: ela cria associações que não existem no mundo dos cinco sentidos do indivíduo” (Rosenstock-Huessy, 2021, p. 180-181). Em outras palavras, o uso da língua, por mais que se referia ao plano concreto de experiências humanas, é uma representação que, ainda que essa possa ser tomada como verossímil ou mesmo como a própria realidade (Soares, 2023), possui a habilidade de virtualizar todo e qualquer ser captado pelos sentidos e até de criar entidades a partir de outras já existentes. Portanto, em oposição ao que Rousseau (2008) afiança, “A princípio, falou-se somente em poesia; só se começou a raciocinar muito tempo depois” (Rousseau, 2008, p. 105), a linguagem poética, que já é um uso reflexivo ou deflexivo da língua, é uma forma avançada de comunicar, com

⁵ De maneira simplificada, tropos são figuras de linguagem.

⁶ Aqui se emprega o termo linguagem tal como é feito nas mais comuns gramáticas de língua portuguesa brasileira.

mais capital de envolvimento de quem a emprega e de quem a recebe, e, por essa razão suficiente, não poderia anteceder o aparecimento da linguagem racional ou denotativa.

Como a eleição do foro da justiça ética e intelectual é competência deste artigo, importa destacar que, se por um lado Rousseau (2008) equivoca-se quanto à precedência da poética, linguagem figurada, no que concerne a lógica, linguagem denotativa, a primeira é capaz de modificar a língua, bem como a segunda também, de modo que a última, por seu crescente avalizado uso acadêmico e científico, é colocada em patamar superior a primeira. Em um direcionamento conciliador, Rosenstock-Huessy (2021) ilustra a problemática do discurso da lógica da seguinte maneira: “A ciência da lógica não é a ciência de todas as conexões com a realidade. Ela é limitada a conexões puramente mentais” (Rosenstock-Huessy, 2021, p. 83-84). Percebidas nesses termos, a linguagem lógica e poética, como discursos estruturados por características relativamente distintas de configuração de realidades convencionadas, há uma possibilidade remota de uma ter intercambiado com a outra seu status sociocultural e mesmo suas funções comunicativas ao longo de um amplo processo de desenvolvimento das percepções humanas acerca dos papéis desempenhados por cada uma. Caso similar acontece com os dois registros da língua, fala e escrita, que também são ponderados pelo filósofo.

De maneira bastante pontual e com sua convicção natural no texto, Rousseau (2008) afirma que “A arte de escrever não decorre da arte de falar. Decorre de necessidade de outra natureza que nascem mais cedo ou mais tarde, segundo circunstâncias totalmente independentes da duração dos povos e que poderiam nunca ter acontecido em nações muito antigas” (Rousseau, 2008, p. 113). Outro equívoco justificado pelo romantismo conceitual segundo o qual a fala e a escrita seriam manifestações totalmente autônomas de uma mesma língua. Claro que para falar não é necessário escrever, ou melhor, para se saber falar um idioma prescinde-se de conhecer suas regras de escrita, sua própria gramática e mesmo de ser capaz de transcrever o que se diz. Além desse fato também constatado na ontogênese de bebês que nascem em uma determinada sociedade e aprendem a falar antes de escrever, o estabelecimento da história de condições de extensão de tempo da fala é circunscrito ao que se pode buscar nos textos escritos, pois, se a fala é efêmera, individual e multiforme, é, mormente, na escrita que é possível guardar tais características antropológicas de uma nação, estado ou comunidade. Nesse direcionamento no qual parece haver maior importância histórica ao registro escrito das línguas, trata-se menos de um desejo intelectual dos atuais cientistas da linguagem do que de um fato propriamente verificável, já que, por mais que haja um distanciamento da fala da escrita, apenas uma mantem-se ao longo do tempo.

A contribuição de Rosenstock-Huessy (2021) ilustra verticalmente a relação entre uma e outra, os dois registros da língua, e ainda proporciona uma série de outras reflexões, pois, como ele

mesmo afirma, “A fala veio antes da escrita. A oralidade, portanto, teve de realizar o que realizamos através da palavra falada e escrita juntamente” (Rosenstock-Huessy, 2021, p. 55). A concretude da fala ganha densidade existencial na prática da escrita e, ao mesmo tempo que uma valida a função primordial da outra, engendra-se o papel da continuidade da fala na oralidade, seja por narrativas, seja por traços prosódicos e linguísticos. É importante ressaltar que a língua é uma representação do mundo e de seus entes, sendo assim, a fala é o uso individual e momentâneo da língua, ao passo que a escrita é o uso estabilizado socialmente e duradouro dessa. Para além disso e de suas eventuais possíveis conexões, a fala possui uma origem remota e não examinável até agora, porém a escrita sempre foi e em alguma medida continua sendo uma transcrição da fala e de suas contingências significativas cujos objetivos parecem manter a unidade da língua. Eis que a arte de escrever decorre justamente da arte da fala, ao contrário do que postulo Rousseau (2008), entretanto, isso não se dá, como se pode verificar no interior dos estudos mais atuais das ciências da linguagem, de maneira linear e direta, antes, dá-se por meio de variáveis segmentadas nas próprias artes, que, por mais que muitos queiram independentes, encontram-se em estágio fraterno de codependência.

Em um movimento arqueológico da história do pensamento linguístico, encontra-se em Rousseau (2008) e em seus coetâneos o germe da percepção das distinções entre fala e escrita que resulta, a partir de vários critérios empíricos, no comparativismo linguístico. Conforme explica Soares (2020), “Realmente figurava entre as grandes contribuições desses novos comparativistas o fato de denunciarem o caráter ilusório da escrita em relação à fala, e, conseqüentemente, de elegerem, portanto, os sons como objetos de suas análises” (Soares, 2020, p. 24). Assim, não é nenhum absurdo afirmar que Iluminismo europeu, por meio da obra de seus integrantes que se debruçaram sobre problemas de linguagem, de língua e de sociedade, gestou correntes de estudos filológicos e, posteriormente, linguísticos, desaguando, então, no comparativismo linguístico⁷. Da ordem ainda contrária aos estudos contemporâneos em ciências da linguagem (Colombat; Fournier; Puech, 2017), mas com todo o charme e elegância intelectual, Rousseau (2008) incide em outro equívoco – esse tomado em retrospectiva revisionista – ao postular que o registro escrito da língua é o responsável por nela produzir mudanças por conta do próprio uso.

No horizonte aventado pela mesma idealização romântica acerca da língua, Rousseau (2008) afiança: “A escrita que parece ter de fixar a língua, é precisamente o que a altera; ela não muda as suas palavras, mas seu gênio; ela substitui a exatidão à expressão. Expressam-se os próprios sentimentos ao falar e as próprias ideias quando se escreve” (Rousseau, 2008, p. 113). Ora, ao se precipitar aos meandros da escrita, o filósofo parece inverter, ao sabor do idealismo abstrato, as

⁷ De acordo com Soares (2020), “Os neogramáticos romperam com tais concepções preconizando uma função comunicativa da linguagem. No tocante à natureza da linguagem, houve uma forte conceituação dessa como um organismo vivo por uma boa parte dos neogramáticos” (Soares, 2020, p. 25).

propriedades da escrita e da fala, mesmo apontando para um caminho apropriadamente adequado, quando diz que a “escrita não muda as palavras, mas seu gênio”. O registro escrito de uma língua permite a essa sua expressão e a manutenção de suas regras de combinação, em todos os níveis, fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo, segundo os traços culturais, geográficos econômicos, entre outros, para que, mediante sua continuidade estabilizada pela convenção social, seja estabelecida organicamente ou forçadamente uma língua de estado. Quanto à substituição da pretensa “exatidão à expressão”, pressupõe-se aí que haja alguma precisão no uso da língua, porém, como as teorias do discurso⁸ contemporâneas demonstram, os sentidos são conjecturais, ganhando tonalidades e variações de acordo com determinados elementos históricos, textuais e pragmáticos.

Inscribe-se nos estudos mais contemporâneos da linguística a seguinte concepção, expressa por Soares (2018), sobre as transformações de uma língua: “Ora, sabe-se hoje que a fala e a escrita imprimem ao longo do tempo mudanças em uma língua, claro, se ela estiver viva. A língua possui, por assim dizer, camadas: fonética-fonológica, morfossintática e semântica (textual discursiva)” (Soares, 2018, p. 74). E, segundo Soares (2018), “Em cada um desses campos, pode haver alterações que, quando significativas, podem ser incorporadas à língua, multiplicando suas variações e variedades” (Soares, 2018, p. 74). Em contrapartida à perspectiva segundo a qual as metamorfoses coletivas são mais significativas para o liame social, produzido pelo uso da língua em seus dois principais registros, Rousseau (2008) volta-se à percepção individual impressa no que se diz pela fala: “Ao escrever, somos obrigados a tomar todas as palavras na acepção comum, porém aquele que fala varia acepções através do tom, determina-os como deseja” (Rousseau, 2008, p. 116). Eis outra ideia derivada do mesmo romantismo conceitual, pois, conforme sabe-se, a unidade *o* é porque participa do todo como integrante, ou seja, o tom, como uma modulação particular, também é uma das muitas possibilidades interpretativas segundo as quais o contrato de uso e de funcionamento de uma dada língua manifesta-se.

É nítido que o tom⁹ é capaz de transformar certas sentenças, determinados vocábulos, a depender das circunstâncias, em outros sentidos do que aquele previsto pelo campo semântico canônico, todavia esse processo é dependente da compreensão que, por sua vez, liga-se ao estável e já ouvido então. Rousseau (2008), um tanto quanto absorvido pelo romantismo idealista, faz parecer que o indivíduo possui tamanha capacidade de acessar “as acepções que deseja” de uma palavra quando ele fala, mas, diferentemente disso, o sujeito social aproxima-se do possível quando usa a língua. Nesse direcionamento delineado pelo traço crítico empenhado neste artigo, crê-se que a razão

⁸ Para a vertente materialista da Análise do Discurso, conforme assevera Pêcheux (2011), “as palavras mudam de sentido conforme as posições sustentadas por quem as empregam” (PÊCHEUX, 2011, p. 73).

⁹ Acerca do tom, pode-se dizer que uma série de fatores o influenciam, desde elementos culturais, subjetivos, entre outros, por essa razão, não se estabelecerá seus limites neste texto.

suficiente posta em marcha por Rousseau (2008), em *Ensaio sobre a origem das línguas*, pinta o próprio quadro epistêmico do movimento iluminista cuja subversão de valores do antigo regime é um de seus baluartes. Portanto, quando aqui se aponta algum equívoco, como o próprio tom individual, cabe a separação histórica do que se faz como rastreamento, quase arqueológico, de pressupostos sobre a língua, sobre a linguagem, entre outros elementos visíveis na obra em questão, do que se desenvolve como artigo de revisão para que, assim, seja possível e viável a tecitura de outros comentários tanto pertinentes quanto críticos acerca do que está presente em *Ensaio sobre a origem das línguas*.

Considerações finais

Com o objetivo de delinear um conjunto consistente de comentários acerca do “Ensaio sobre a origem das línguas” (Rousseau, 2008), este artigo seguiu o tom de revisão das principais ideias linguísticas existentes na referida obra, de modo a promover um recenseamento crítico e objetivo de pontos imprescindíveis que tocam a história do pensamento linguístico. Em vista da consecução da propositura deste texto, tem-se um material que, devido a sua extensão e limitação próprias do gênero acadêmico, discute sinteticamente concepções de linguagem, de língua, de fala, de escrita e suas fundamentadas importâncias, sem deixar de apontar as virtudes e os equívocos de um dos filósofos mais profícuos e brilhantes do iluminismo europeu. Por essa razão e pelas devidas escusas que se deve pelas imperfeições do rastreamento conceitual feito, cabe destacar o fato de que Rousseau, por mais que impingisse seu romantismo idealista em seus escritos, não incorreu em deslizos sobre as acepções desenvolvidas ao longo de seu livro de maneira ingênua, mas muito provavelmente por acreditar em um núcleo de ideias cujo Norte formata o início do novo racionalismo abstrato.

Para além do horizonte traçado e alcançado aqui, interessa afirmar que se tem um pequeno e condensado estudo de ideias históricas acerca de uma multiplicidade de temas relevantes para os iniciantes tanto no universo das ciências da linguagem quanto de áreas adjacentes no interior deste artigo. Portanto, sua serventia ultrapassa seu restritivo escopo, chegando à introdução simplificada da história das ideias linguísticas do período iluminista europeu que, por sua vez, pode-se desdobrar em aspectos de novas investigações sobre língua e cognição, língua e subjetividade, língua e informática. Em função de tamanha amplitude de possibilidades para este texto, sugerem-se novos exames em obras tanto do mesmo período quanto de momentos anteriores em busca de percepções distintas daquelas que atualmente configuram o grosso do senso comum, porém que, fundamentalmente, engendram profundas reflexões sobre o uso, a função e a relação de um e da outra como o próprio desempenho da sociedade, como muito bem fez em *Ensaio sobre a origem das línguas* Jean-Jacques Rousseau.

Referências

- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mario da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BENVENISTE, Emile. **Últimas aulas no Collège de France: 1968-1969**. Trad. Daniel Costa da Silva [et.al.]. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- BERLIN, Isaiah. **A força das ideias**. Trad. Rosaura Eichenberg. Org. Henry Hardy. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. Trad. Jacqueline León e Marli Quadros Leite. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagem, discurso. In: PIOVEZANI, C; SARGENTINI, V. (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ROSENSTOCK-HUESSY, Eugen. **A origem da linguagem**. Trad. Rafael de Souza. Campinas, SP: Kírion, 2021.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ensaio sobre a origem das línguas**. Trad. Fulvia M. L. Moretto. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SOARES, Thiago Barbosa. **Percurso Linguístico: conceitos, críticas e apontamentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- SOARES, Thiago Barbosa. **Concisa apresentação da linguística: um panorama da gramática comparada à pragmática**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.
- SOARES, Thiago Barbosa. Os limites da interpretação: uma reflexão sobre os usos da noção de discurso. **Revista Ratio Integralis**, Campanha, v. 3, n. 2, p. 175 -184, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://zenodo.org/badge/DOI/10.5281/zenodo.10401322.svg>. Acesso em: 3 jun. 2024.

Recebido em: 10/04/2024

Aprovado em: 27/05/2024